

As pressões para mudar a Constituição

O relator da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral, entregou ontem ao senador Mauro Benevides, presidente interino da Constituinte, o projeto de constituição revisado que servirá de base às votações do segundo turno. (A íntegra do texto está no relatório especial nesta edição.)

A nova versão do projeto tem 245 artigos — 27 menos que o anterior —, que na opinião do relator serão mantidos em sua maioria. Pensamento diferente tem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para quem o segundo turno trará muitas modificações no texto já aprovado.

Com a proximidade do reinício das votações, que deverá ocorrer no próximo dia 21, os diversos grupos que têm interesse direto nas decisões da Constituinte já identificaram os pontos que pretendem suprimir ou manter no texto constitucional e começam a traçar a estratégia para a votação em segundo turno.

O governo pretende retirar catorze itens que considera "negativos". Essa lista é encabeçada pela anistia da correção monetária dos empréstimos contraídos por pequenos tomadores no Plano Cruzado. Em outro, o tabelamento

dos juros, seu trabalho contará com a ajuda dos empresários que já têm seu "lobby" pronto para tentar derrubar este e vários outros artigos já aprovados.

As empresas estrangeiras centralizam suas atenções sobre a nacionalização da exploração mineral e o conceito de empresa nacional. Já as centrais sindicais e os partidos de esquerda querem manter o texto aprovado referente aos direitos sociais e garantia dos trabalhadores.

De qualquer maneira, quem quiser promover qualquer mudança no texto terá de contar com pelo menos 280 votos, que, como a experiência do primeiro turno já demonstrou, só são facilmente obtidos quando há acordo entre as lideranças.

(Ver página 6)